

que o congénere, peça que detém atualmente o número de inventário 90 Our. Deverá datar, assim, do primeiro quartel de Duzentos.

Este cálice românico de Alcobaça enquadra-se numa época de exaltação do culto das Sagradas Espécies, valorização confirmada no IV Concílio de Latrão, de 1215, que promulgou o dogma da Transubstanciação. Nestes tempos procurava-se dotar as igrejas de cálices e patenas de prata, preferencialmente dourada, atendendo à importância da função litúrgica e consequente simbólica que estas alfaia sacras assumiam. A sobriedade das formas, com base e copa predominantemente lisas e a decoração concentrada no nó, é também consonante com a época. Sendo assim, as leituras historiográficas que justificam esta contenção pelos valores impostos por São Bernardo e pela Ordem de Cister devem ser olhadas com algumas reservas.

Cronologicamente, este cálice pode distanciar-se duas ou três décadas do oferecido por D. Dulce, executado em finais do século XII. Um facto deve, no entanto, ser tido conta: a preservação destes objetos no decurso do tempo, enquanto muitos outros foram sacrificados por se encontrarem *quebrados*, *desoldados* ou *tortos* ou por se pretender novos de *outra feição*. A conservação de peças de ouro e prata de épocas tão recuadas explica-se, na maior parte dos casos, pela fortuna do esquecimento ou

pelo prestígio associado aos seus doadores. Convém recordar, neste contexto, que o primeiro testamento de D. Sancho I, datado de 1188, contemplou verbas específicas destinadas à execução de cálices para o mosteiro de Alcobaça: *in Alcobacia XXXVII marchas et uncia et media ad faciendos calices*. Não será, por isso, de excluir, a possibilidade de esta peça ter resultado, de facto, de um legado régio. Os objetos executados a partir desta doação poderão ter beneficiado de uma aura inesquecível, convertendo-se, no decorrer dos séculos, nas “tres reliquias” “simples de arte, mas dignas de veneração” como a elas se referiu Joaquim de Vasconcelos.

Texto: ACS - Fotos: JNG

Bibliografia

AFONSO, A.N., 2019b, pp. 286-296; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, p. 175; ALMEIDA, C.A.F., 2001, p. 178; BARROCA, M.J., *in* NOS CONFINS DA IDADE MÉDIA, 1992, Peça n.º 51, pp. 144-145; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 152 (de [1174-1198]); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 174 (de [1174-1198]); COUTO, J. e GONÇALVES, A.N., 1960, p. 68; DSVISEU, doc. n.º 176 (de [1188, depois de março, 24]); FERREIRA, M.A.T., 1995, pp. 149-152; GONÇALVES, A.N., 1984a, pp. 84-86; IPM, 1995, pp. 40-41, 44-47; PESSANHA, J., 1895, p. 111; RATIONALE, pp. 62-63 e 369; ROSAS, L.M.C., 1996-97, pp. 255-268; SIEBERT, K., 2015; THEOPHILUS, 1843; VASCONCELOS, J., 1914; VISITAÇÕES CIST, 1998, p. 63.

Crossa de báculo da Ermida do Paiva

A CROSSA DE BÁCULO proveniente da Ermida do Paiva (Castro Daire, Viseu), o *Templo das Siglas* como o imortalizou Aarão de Lacerda, constitui uma peça de referência da ourivesaria nacional pela raridade de objetos, desta tipologia e cronologia, que chegaram aos nossos dias. O objeto faz parte do acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, tendo, certamente, integrado o núcleo primitivo da coleção do então Museu Nacional de Bellas Artes e Arqueologia, depois da *Exposição retrospectiva de arte ornamental*, apresentada em Lisboa, em 1882. Lacerda, citando Filipe Simões, descreve o relato da sua descoberta no referido templo, juntamente com a mitra da mesma proveniência, “numa gaveta de farrapos que por esquecimento não tinham deitado ainda para o lixo”. Acrescenta que o conhecimento das “curiosas antiguidades” se ficaram a dever ao “digno prelado da Sé de Lamego”, que as indicou para a *Exposição Retrospectiva de 1882*, sem a qual certamente se teriam perdido. No catálogo da referida exposição, a crossa aparece datada como sendo do “século XII ou XIII” e

indicada como proveniente da “Igreja da Ermida, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu”.

A crossa em análise consiste num exemplar de cobre dourado, composto originalmente por três partes – voluta, cano e nó, este último desaparecido no decurso do tempo. O dourado apresenta perdas ao nível da voluta, encontrando-se praticamente ausente no cano. Este e a voluta exibem perfil circular, obtido através da técnica de embutido. Aquela é mais espessa na base e dobra em círculo na extremidade, rematando em cabeça de cobra (ou dragão) e enquadrando-se, assim, na abundante série de báculos “com serpente” definida por Barrault e Martin. A cabeça do réptil foi concebida com algum detalhe, distinguindo-se os contornos da boca rasgada, orelhas pontiagudas e cavidade orbital preenchida por pequenas pedras de esmalte azul a simular os olhos, solução técnica muito característica dos báculos desta cronologia e tipologia.

A superfície do cano e da voluta apresenta decoração gravada a buril, sendo seccionada em três partes em ambos



Crossa de báculo da Ermida do Paiva (MNAA Our 8). Perspetivas gerais

os lados, com friso ovoide ao centro a evocar as escamas do réptil e motivos florais lisos sobre fundo puncionado nos lados. O perfil exterior da voluta, correspondente certamente ao ponto de união da chapa de cobre, é coberto por uma espécie de crista dorsal, unida na extremidade à zona tubular vertical através de uma flor de contorno contracurvado. Esta corresponde ao género *arum*, com espadice ao centro, folhas enroladas e botão na extremidade, buriladas e puncionadas com um ferro da lavra do próprio artífice, técnica designada pelo monge Theophilus por *opere punctili*. Gauthier considerou esta "caligrafia metálica" como uma assinatura ornamental de Limoges e Silos da segunda metade do século XII, também visível na crossa em forma de Tau do MNMC, em Coimbra. Os contornos das formas são ainda realçados pelos sombreados a negro, evidenciando o recurso a outra técnica descrita por Theophilus nos primórdios do século XII, que consistia na cobertura da lâmina com óleo de linhaça que era depois escurecido sobre carvão.

O interior da voluta é preenchido por um medalhão polilobado de feição octogonal, unido ao corpo do réptil e a dois botões de flor através de soldadura. A superfície da mandorla está decorada com quadrifólios lisos sobre fundo *guilloché*, ou seja, de linhas entrelaçadas e gravadas. Sobre o medalhão e unidas a ele através de rebites, inscrevem-se, em cada uma das faces, as imagens relevadas e entronizadas de Cristo e Nossa Senhora, ambos coroados. Cristo traja túnica e manto cruzado sobre o ombro esquerdo, expondo o gesto de bênção com a direita e segurando com a esquerda o livro sagrado, pousado sobre a perna. A Virgem da Ternura apoia o Menino no lado esquerdo e exhibe com a direita um fruto, à semelhança de Jesus que levanta o braço direito e a mão em gesto de bênção. Os pés sobre o trono e a posição ligeiramente voltada para a direita conferem alguma profundidade às imagens, acentuada pelo volume diferenciado dos relevos. Os olhos do Cristo e da Virgem conservam as gotículas



Pormenor do Cristo



Pormenoir de Nossa Senhora

de esmalte azul, tal como se observou para a serpente, ficando, assim, limitada a estes elementos, o recurso a esta pasta vítrea.

A serpente pode assumir, nos báculos, múltiplas leituras e significados simbólicos. Tal como assinalaram Barrault e Martin, é impossível que um tema de tal modo persistente, em objetos tão importantes, não refletisse um sentido ao mesmo tempo profundo e popular. Quando diretamente dirigida aos bispos, abades e priores, a serpente encarna os princípios clássicos da prudência e da sabedoria. No livro do Génesis, esta é apresentada como a mais astuta "de todos os animais selvagens que o Senhor Deus fizera" (Gn, 3, 1) e, segundo São Mateus, Cristo conferiu aos discípulos o poder sobre os "espíritos imundos e "todo o mal", exortando-os a serem "prudentes como as serpentes e simples como as pombas" (Mt 10, 16). A presença da serpente nos báculos recordava aos pastores da Igreja uma virtude fundamental pela qual se deveriam guiar, recomendada por São Paulo como um preceito particular da sua missão: "proclama a palavra, insiste em tempo propício e fora dele, convence, repreende, exorta com toda a compreensão e competência" (2 Tm 4, 2). Associada, nesta

peça, a Cristo em Majestade e à Virgem entronizada, pode simbolizar, também, a serpente maldita que reaparece, no final dos tempos, para reconhecer o triunfo da Mãe e do Filho sobre o mal. Sentados sobre o trono celeste e coroados como Rei e Rainha, a nova Eva e o novo Adão podem ser, neste contexto, louvados e exaltados "pelos séculos sem fim" (Dn 3, 26).

O cano dispõe do mesmo tratamento técnico e decorativo embora tenha perdido, praticamente, todo o douramento original. Distingue-se igualmente pela presença de três serpentes, "três lagartixas com as caudas enroladas simbolizando o segredo", no entender de Lacerda, recurso iconográfico também muito frequente nas crossas limusinas. A superfície do corpo destes seres evidencia o recurso à *opere punctili*, já indicada. As soluções técnicas apontadas demonstram que o objeto não foi preparado para receber os alvéolos destinados à aplicação do esmalte em *champlevé*, como é possível observar em muitos objetos desta natureza, particularidade já apontada por Ana Paula Santos. O colorido dos esmaltes parece ter sido aplicado exclusivamente nos olhos da serpente e das figuras do Cristo e Maria, à imagem do que se verifica em alguns destes

objetos que chegaram ao presente. É o caso da crossa de tipologia e iconografia muito semelhante, atualmente exposta no Museu do Louvre, datada de 1220-1230 (MRR 809) e a descoberta no absidiolo norte da catedral de Saint-Etienne de Cahors, em 1872, no túmulo do bispo Pons d'Antejac (1235-1236). A voluta desta última distingue-se, no entanto, pelo remate em flor, pela iconografia da Anunciação e da Visitação nas faces do medalhão central, apresentando o cano características também bastante distintas. Ambas são apresentadas como produção de Limoges.

A cronologia destas peças é sempre controversa e não reúne consenso entre os estudiosos. Inicialmente datada do século XII e mais recentemente dos finais do século XIII ou inícios do XIV (por Luísa Penalva), a maior parte dos autores fixa esta crossa na primeira metade do século XIII. A dificuldade de datação reside no longo tempo de execução destes modelos e na sua ampla difusão territorial. Por outro lado, são raros os objetos desta natureza que podem ser datados com segurança, incluindo-se nesse grupo os devidamente documentados, que apresentam inscrições ou que foram descobertos em contexto arqueológico. Este último caso pode, no entanto, ser o mais falível, pois muitas vezes os bispos faziam-se sepultar com crossas executadas várias décadas antes dos seus falecimentos. Estas circunstâncias muito particulares permitiram datar, com algum rigor, um número relativamente reduzido destes objetos. Neste sentido, o estudo comparativo entre peças continua a ser o principal recurso metodológico para a datação das crossas de báculos.

A crossa da Ermida do Paiva pode ser integrada entre as obras de produção limusina e de consequente origem forânea. Ana Paula Santos enquadra-a entre o pequeno grupo de objetos esmaltados de data mais recuada existentes em Portugal. Esta particularidade é atestada pelas próprias características do edifício, que revelam, no entender de Ferreira de Almeida, influências artísticas da região do Limousin francês. A filiação do mosteiro na Ordem Premonstratense, comprovada pela inscrição conservada no tímpano do portal sul, contribui para a aceitação da crossa como produto de Limoges. A leitura da epígrafe revelou a data da sagração da igreja – 1214 – e atestou nela a jurisdição à Ordem de Premontré desde pelo menos os primórdios do século XIII. Para Lacerda, a existência da crossa do báculo comprovava a riqueza e prestígio que o mosteiro premonstratense havia gozado naquele tempo. Esta opinião é confirmada pelas informações documentais, que apontam para a existência de um valioso capital dominial na posse do mosteiro já em 1173, riqueza e importância igualmente asseveradas nas Inquirições do

século XIII. As de 1258 referem a existência de um prior, João Martinho, o que pode justificar a prerrogativa do uso desta insígnia enquanto sinal da sua dignidade. Entendido como o bastão do pastor que o apoia e ajuda a conduzir as suas ovelhas pelo bom caminho, o báculo conferia aos dignatários eclesiásticos o poder espiritual sobre o seu mosteiro.

Descoberta na igreja de um antigo mosteiro premonstratense, sagrada no ano de 1214, a crossa de báculo da ermida do Paiva pode bem datar do primeiro ou segundo quartel do século XIII. A análise comparativa com objetos da mesma cronologia não contraria esta hipótese cujas características formais, técnicas e iconográficas corroboram. A possibilidade de uma origem forânea também deve ser considerada, ajustando-se às particularidades das crossas limusinas que proliferaram pela Europa ducentista e engrossando, deste modo, o rico conjunto desses objetos que lograram chegar aos nossos dias.

Texto: ACS - Fotos: JNC

Bibliografia

ALMEIDA, C.A.F., 1986b, p. 177; ALMEIDA, C.A.F., 2001, pp. 180-181; BARRAULT, A. e MARTIN, A., 1856, pp. 41-47 e 81-91; BARROCA, M.J., in NOS CONFINS DA IDADE MÉDIA, 1992, Peça n.º 25, pp. 114-115; COUTO, J. e GONÇALVES, A.M., 1960, p. 70; GAUTHIER, M.M., 1981, p. 141; LACERDA, A., 1919, pp. 64-66; MIRANDA, M.A., 2001, p. 205; PENALVA, L., 2009, pp. 158-159; ROSAS, L.M.C. et alii, 2013; S.A., 1882, p. 2 (sala M - 16); SANJOSÉ LLONGUERAS, L., 2016, pp. 66 a 156; SANTOS, A.P.M., 2018, pp. 147-151; THEOPHILUS, 1843, pp. 232-236.

Pormenor das serpentes do cano

